

**PSS EQUIPE MULTIDISCIPLINAR****INSTRUÇÕES GERAIS**

01. Leia com atenção todas as instruções deste **Caderno de Questões**.
02. Este **Caderno de Questões** só deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal de Sala.
03. Assine neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
04. Verifique se este Caderno de Questões contém 50 (cinquenta) questões com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
05. A prova terá duração de 03 (três) horas. Você só poderá sair do Local de prova 1 hora 30 minutos após o seu início.
06. O candidato somente poderá levar o caderno de questões após transcorrido o tempo de 3 horas de prova.
07. Ao receber o Cartão de Resposta, **confira o número do CPF e assine no local apropriado. É de suma importância que você assine sem ultrapassar a linha.**
08. Em hipótese alguma lhe será concedido outro Cartão de Resposta.
09. Marque suas respostas no Cartão de Resposta utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, preenchendo completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo: ●
10. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha no Cartão de Respostas de Questões Objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita do Caderno de Questões para o Cartão de Respostas.
11. A correção das provas será efetuada considerando-se apenas o conteúdo do Cartão de Respostas.
12. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
13. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
14. Ao terminar a prova, acione o Fiscal e devolva ao mesmo o Cartão de Respostas.

***Boa Prova!***

CPF:

Assinatura do candidato:

**Cargo: Psicólogo - Equipe Multidisciplinar do TJ/AL 2026****QUESTÕES DE PORTUGUÊS**

- Leia atentamente o texto a seguir e responda às questões 1 a 5.

**O Brasil já tinha sua Máfia Cosa Nostra e não sabia**

Duvido que quem tenha acompanhado o noticiário nacional, ontem, possa dizer que não foi impactado pelas informações sobre a prisão – e motivação – de Daniel Vorcaro.

Aliás, pelo detalhado relato – a ser confirmado –, ele bem que poderia ser chamado de Dom Vorcaro, o capo da *Cosa nostra* – a máfia – à brasileira.

O enredo tem tudo que conhecemos sobre a Máfia, onde quer que ela esteja estabelecida: dinheiro, corrupção, sexo, espionagem, ameaça, extorsão e violência - numa medida, esta, que ainda não podemos avaliar.

É de arrepiar.

A ser confirmado o resultado – até agora – da investigação da PF, Dom Vorcaro comprou um pedaço da República, sentiu-se dono da vida e da morte de muitos e reservou para aqueles a quem identificou como inimigos a violência mais brutal e covarde. Tudo sob a proteção de identidade de um banqueiro milionário.

A ser praticada por um “Sicário” (assassino de aluguel, que teria se matado na prisão), personagem de nome apropriado para uma rede criminosa que atuou protegida pelas sombras dos poderes.

Dir-se-ia que é a alma de um gângster em ação. Pode ser.

Detalhe: estava sendo protegido por quem deveria pôr a luz do Sol sobre ele – e é assim que agem as máfias, fazendo informantes e cúmplices nas altas rodas do poder e até comprando jornalistas – confirmando um clássico de Nelson Rodrigues: “Dinheiro compra até amor verdadeiro”.

Claro: o Brasil merece saber quem são os seus protetores, seus tentáculos no poder.

A *Cosa Nostra*, também aqui, só morre se atingida na cabeça.

Mota, Ricardo. **Cada Minuto**, 2026. Disponível em: [cadaminuto.com.br/notícia](http://cadaminuto.com.br/notícia). Acesso em: 5 mar. 2026

1. Com base no entendimento geral do texto, pode-se afirmar que o autor

- A. defende abertamente a condenação sumária para o personagem Dom Vorcaro.
- B. faz uma evidente comparação entre um suposto caso de corrupção que pode envolver “um pedaço da República brasileira” e um histórico grupo criminoso italiano.
- C. chama a atenção para a necessidade de serem combatidos os “tentáculos” de uma poderosa máfia europeia infiltrada nas diversas instâncias de Poder no Brasil.
- D. disserta sobre um mafioso italiano investigado pela Polícia Federal e protegido por um poderoso banqueiro brasileiro.
- E. constrói um jogo comparativo entre o sistema bancário brasileiro e a estruturação de um conhecido grupo mafioso italiano.

2. No que tange ao processo de coesão referencial empregado na construção do texto, é correto afirmar que

- A. o substantivo “enredo”, que abre o terceiro parágrafo, faz referência direta ao “noticiário nacional”, citado no primeiro parágrafo.
- B. o período “É de arrepiar”, que constitui, sozinho, o quarto parágrafo do texto, refere-se à descoberta da ação da Máfia Cosa nostra em território brasileiro.
- C. o autor se valeu do recurso da zeugma (um tipo de elipse) para construir a referenciação no quinto parágrafo.
- D. O termo “assim”, presente no antepenúltimo parágrafo, constitui um advérbio de modo e faz referência direta ao fato de o citado banqueiro estar sendo ignorado especificamente por jornalistas.
- E. No último parágrafo, o advérbio “aqui” funciona como elemento referencial dêitico e faz referência ao próprio texto.

3. No período “A ser confirmado o resultado – até agora – da investigação da PF, Dom Vorcaro

comprou um pedaço da República (...)", a **oração em destaque estabelece uma circunstância**

- A. locativa, uma vez que se refere ao resultado de uma investigação feita no Brasil.
- B. temporal, pois relaciona-se à expressão "até agora", destacada logo em sequência.
- C. conformativa, por carregar a mesma ideia presente no trecho destacado do seguinte período: "Segundo o resultado da perícia, o réu é mesmo o autor do delito".
- D. condicional, já que impõe certa condição de validade ao que é expressado na sequência.
- E. concessiva, pois abre espaço a uma argumentação contrária ao que é citado a posteriori.

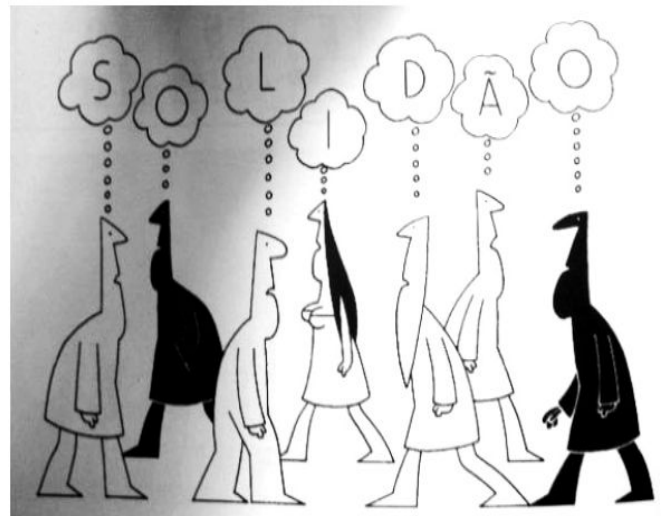
4. **Acerca da construção sintática do seguinte período: "Dir-se-ia que é a alma de um gângster em ação", é correto afirmar que**

- A. o emprego da mesóclise é adequado, dados a posição inicial do verbo dizer, bem como o tempo que é em utilizado (futuro do pretérito).
- B. estaria de acordo com as normas de colocação pronominal a construção "Se diria que é alma de um gângster em ação".
- C. o emprego da ênclise (Diria-se) melhor adequaria o período aos princípios gramaticais normativos.
- D. a palavra "que" exerce o papel de pronome relativo.
- E. há apenas uma oração, o que torna o período simples e a oração absoluta.

5. Quanto aos termos em destaque nos trechos:

- I. "A ser confirmado o resultado – **até** agora – da investigação da PF" (**início do quinto parágrafo**) e
- II. (...) "fazendo informantes e cúmplices nas altas rodas do poder e **até** comprando jornalistas (...)" (**antepenúltimo parágrafo**), é correto afirmar que
  - A. tanto em I quanto em II, a palavra "até" expressa ideia de tempo.
  - B. tanto em I quanto em II, a palavra "até" apresenta carga semântica de inclusão.
  - C. a palavra em tela carrega a ideia de condição no trecho I e de consequência no trecho II.
  - D. a palavra em foco expressa limítrofe ideia temporal no trecho I e inclusiva no trecho II.
  - E. a palavra em destaque indica circunstância condicional no trecho I e consecutiva no trecho II.

6. Atente para o texto de linguagem mista a seguir:



CAULOS  
Só doi quando eu respiro. Porto Alegre: L&PM, 2001.

No cartum apresentado, o significado da palavra escrita é reforçado pelos elementos visuais, próprios da linguagem não verbal. A separação das letras da palavra em balões distintos contribui para expressar principalmente a seguinte ideia:

- A. Dificuldade de conexão entre as pessoas.
- B. Aceleração da vida na contemporaneidade.
- C. Desconhecimento das possibilidades de diálogo.
- D. Desencontro de pensamentos sobre um assunto.

E. Pensamento vago sobre a realidade.

### Polarizite

Dissensões, discordâncias, divergências de opiniões sobre os mais diversos assuntos fazem parte da humanidade desde as civilizações mais remotas. É da natureza antropológica desconfiar, contrapor-se a teses e conceitos que não se coadunam, de alguma forma, com as próprias visões de mundo. Não há, assim, como desvincular o ente humano das suas formações históricas, ou mesmo isolá-lo das naturais contradições a que está submetido. Isso não implica, porém, viver sob um contínuo estado de guerra moral, ideológica, na qual mergulhou a sociedade brasileira nos últimos anos (e não somente ela).

Desde a Antiguidade até a Idade Média, a tríade tradição, religião e hierarquia balizava as relações sociais. Nesse vasto período, a centralidade na chamada vontade divina encerrava muitas discussões; havia, basicamente, três categorias: os que rezavam (clero), os que guerreavam (nobreza) e os que trabalhavam (servos). Na Idade Moderna, humanistas e iluministas promoveram uma guinada do pensamento em direção ao homem, sob um prisma racional e imanente, contrapondo-se à realidade transcendente dos séculos anteriores. A eles, juntaram-se os liberais clássicos, que tentaram diminuir ao máximo a atuação estatal na economia.

É, contudo, a partir da Revolução Francesa (1789) que os conceitos de esquerda e direita, de fato, ganham corpo. Nas sessões públicas, era comum ver os mais revolucionários sentarem-se à esquerda, enquanto o grupo conservador, à direita. Estes ligados à posterior visão capitalista de mundo, na qual quem mais alcança os meios de produção, mais tem chances de progredir e se destacar social e economicamente, enquanto aqueles associavam-se à pauta socialista/marxista, baseada na luta de classes, no fim da propriedade privada e em maior controle estatal.

Com o avançar das décadas, as barreiras entre capitalismo e socialismo se tornaram mais fluidas; a divisão ideológica, porém, intensificou-se, no Brasil e no mundo, focando questões culturais, morais, identitárias, ou aquelas ligadas a democracia e economia. Em um recorte bem mais atual, essa divisão tem gerado verdadeiras batalhas, capazes de cruzarem a linha do embate justo e saudável e levarem a conflitos públicos – ou mesmo particulares,

familiares – sem precedentes. Saímos de uma natural polarização para entrar em um estado de “polarizite aguda grave”, verdadeira doença ideológica, com potencial altamente nocivo. São amigos que não mais se veem, vizinhos que não se suportam, parentes que perderam o afeto, contaminados pelo vírus do ódio e das perigosas “certezas” partidárias.

Em meio a esse cenário, resta torcer para que consigamos encontrar o antídoto capaz de refazer a sanidade por muitos perdida, sem que, para isso, precisemos nos abster de nossas opiniões e convicções. Que fé e razão caminhem juntas, tradição e progresso se completem. Só assim edificaremos uma sociedade equilibrada e consciente de suas obrigações.

**Eduardo Sampaio** (texto inédito). Abril de 2026.

7. Com base nas ideias e estruturas do texto “Polarizite”, considere os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O texto é predominantemente narrativo, com narrador alternando entre 3ª pessoa do singular e primeira do plural.
- II. É possível categorizá-lo como texto de caráter injuntivo.
- III. Pela natureza da sua composição, é possível falar em tipologia dissertativo-argumentativa, com forte apoio informativo.
- IV. O texto apresenta marcas que o caracterizam como exemplo do gênero carta argumentativa.
  - A. os itens II e III estão corretos, apenas.
  - B. os itens I e II estão incorretos, apenas.
  - C. os itens I, II e IV estão incorretos, apenas.
  - D. todos os itens estão incorretos.
  - E. os itens III e IV estão incorretos apenas.

8. No tocante às relações morfossintáticas presentes na estrutura do texto “Polarizite”, analise os itens a seguir e marque a alternativa correta.

- A. “Nesse vasto período, a centralidade na chamada vontade divina encerrava muitas discussões; havia, basicamente, três categorias (...)”. Nesse trecho do texto, os termos destacados assumem papéis sintáticos diferentes.

- B. “A eles, juntaram-se os liberais clássicos, que tentaram diminuir ao máximo a atuação estatal na economia.”. Nesse período, o termo em destaque é um complemento verbal indireto.
- C. “(...) enquanto aqueles associavam-se à pauta socialista/marxista (...)”. Nesse fragmento, o acento grave é fruto da regência nominal.
- D. “(...) essa divisão tem gerado verdadeiras batalhas, capazes de cruzarem a linha do embate justo e saudável e levarem a conflitos públicos (...)”. Nesse caso, os dois termos destacados assumem papéis sintáticos idênticos.
- E. “Em meio a esse cenário, resta torcer para que consigamos encontrar o antídoto capaz de refazer a sanidade por muitos perdida (...)” A oração em destaque tem valor de adjunto adnominal.

9. “São amigos que não mais se veem, vizinhos que não se suportam, parentes que perderam o afeto, contaminados pelo vírus do ódio e das perigosas “certezas” partidárias.” **Nesse período do texto, há o predomínio de orações:**

- A. subordinadas substantivas.  
B. coordenadas assindéticas.  
C. subordinadas adverbiais.  
D. coordenadas sindéticas.  
E. subordinadas adjetivas.

10. Analise as assertivas a seguir e marque aquela em que o emprego da vírgula foi corretamente indicado entre parênteses.

- A. Dissensões, discordâncias, divergências de opiniões sobre os mais diversos assuntos fazem parte da humanidade desde as civilizações mais remotas. (as vírgulas separam termos deslocados).
- B. Não há, assim, como desvincular o ente humano das suas formações históricas. (vírgulas empregadas para isolar um aposto).
- C. Saímos de uma natural polarização para entrar em um estado de “polarizite aguda grave”, verdadeira doença ideológica, com potencial

altamente nocivo. (as vírgulas separam um adjunto adverbial deslocado).

- D. São amigos que não mais se veem, vizinhos que não se suportam, parentes que perderam o afeto, contaminados pelo vírus do ódio e das perigosas “certezas” partidárias. (nesse trecho, todas as vírgulas foram empregadas por razões idênticas).
- E. (...) humanistas e iluministas promoveram uma guinada do pensamento em direção ao homem, sob um prisma racional e imanente, contrapondo-se à realidade transcendente dos séculos anteriores. (as vírgulas separam o adjunto adverbial intercalado).

### QUESTÕES ESPECÍFICAS DA PSICOLOGIA

11. A Lei Nº13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, definindo diretrizes para a sua oitiva nos âmbitos protetivo e judicial. Considerando a norma atualizada, assinale a alternativa correta:

- A. Apenas profissionais das áreas de psicologia e serviço social podem realizar o procedimento de entrevista no depoimento especial. É necessário, além disso, ter formação específica na aplicação do método.
- B. A escuta especializada é realizada pela rede de proteção e, por isso, também constitui meio de prova. O relatório gerado deve compor o processo judicial e descrever o diálogo completo.
- C. Na escuta especializada, é importante que o entrevistador mantenha postura atenta, empática e investigativa, uma vez que pode ser a única vez em que a vítima ou testemunha é ouvida. A escuta especializada bem feita torna irrelevante a realização do depoimento especial e evita a revitimização.
- D. A pedido do Ministério Público, o depoimento especial deverá gerar um laudo psicológico, a partir do qual o psicólogo entrevistador pode aferir a veracidade das informações prestadas.
- E. O depoimento especial é o procedimento de oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, perante a autoridade policial ou judiciária. Tem finalidade probatória e deve ser realizado por profissional devidamente capacitado.

12. Sobre o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF – CNJ), marque a alternativa correta:

A. Trata-se de um método de entrevista estruturado, inflexível e adaptável ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, cujo objetivo é facilitar a livre narrativa sobre alegações de violência contra eles.

B. O PBEF é composto por três estágios: o primeiro (Construção de Vínculo) é preparatório para a abordagem das possíveis alegações; o segundo (Parte Substantiva) possui foco na abordagem não indutiva das alegações de violência; e o terceiro (Confirmação) consiste na abordagem de verificação, em que são repetidas as alegações para confirmação.

C. As etapas do depoimento especial com aplicação do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense são: Introdução; Construção da Empatia; Regras Básicas/Diretrizes; Prática Narrativa; Diálogos sobre a Família; Transição para as alegações; Descrição Narrativa; Seguimento e Detalhamento; Interação com a Sala de Audiência ou Sala de Observação; Fechamento.

D. O Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense deve ser aplicado no procedimento de escuta especializada, de modo que a rede de proteção possa produzir as provas necessárias para o encaminhamento do relatório para o processo judicial.

E. O Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense é um método estruturado, inflexível e adaptável de entrevista que foi desenvolvido pelo CNJ para utilização restrita em produção antecipada de provas pelo poder judiciário.

13. Os enunciados elencados a seguir estão em conformidade com as normatizações presentes na Lei Nº 13.431/2017 e no Decreto de Regulamentação Nº 9.603/2018, que tratam da escuta especializada e do depoimento especial, **EXCETO**:

A. Crianças e adolescentes têm o direito de serem ouvidas e expressar seus desejos e opiniões, assim como de permanecer em silêncio; Além disso, não poderão ser realizadas perguntas que violem os direitos da criança e do adolescente, com as que colocam a vítima na condição de responsável pela situação de violência que está sendo alvo de investigação.

B. O(A) profissional especializado(a) comunicará ao juiz se verificar que a presença, na sala de

oitiva/entrevista, do autor da violência pode prejudicar o depoimento especial ou colocar o depoente em situação de risco, caso em que, fazendo constar em termo, será autorizada a condução do imputado para a sala de audiências.

C. Visando garantir o grau de confiabilidade das respostas, as perguntas das partes poderão ser adaptadas ou reelaboradas ao nível sociocultural e do desenvolvimento cognitivo, emocional e de linguagem da criança ou adolescente pelo(a) entrevistador(a), que deve observar e comunicar as eventuais limitações da entrevistada ou entrevistado.

D. Crianças e adolescentes têm o direito de lhes ser assegurada a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o(a) profissional especializado(a) intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;

E. Deve-se possibilitar ao profissional que esteja conduzindo a entrevista forense a oportunidade de conduzi-la de forma integral antes de se realizar a interação com a sala de audiência.

14. Em 2023, o CNJ lançou o Manual Sobre Entrega Voluntária, que se destina a capacitar o sistema de Justiça e a rede de apoio acerca da correta aplicação da Resolução CNJ Nº485/2023. No que diz respeito ao relatório de acompanhamento da gestante ou parturiente, marque a alternativa **ERRADA**:

A. Este relatório será elaborado pelo profissional de Serviço Social e/ou Psicologia e/ou Pedagogia. Deverá evidenciar as mudanças percebidas no decorrer do acompanhamento, a participação ou autorização do genitor, além de esclarecer se a mulher mantém ou não a decisão da entrega e as suas motivações.

B. No relatório, deve constar a identificação do processo de Entrega Voluntária e da mulher, os procedimentos técnicos utilizados, os dados de identificação dos atendidos, incluindo da mulher gestante ou parturiente; se a mulher indicar o genitor; e se a mulher indicar as pessoas integrantes da família extensa.

C. O profissional relator deve fazer constar a contextualização da demanda e a conclusão técnica, além de observar o contexto social e a dinâmica familiar, informando como essa família se organiza.

D. As regras para elaboração do documento constantes no Manual Sobre Entrega Voluntária não impossibilitam a escrita de um Laudo Psicológico

sobre a avaliação realizada, uma vez que preconiza pela apresentação das informações obtidas por meio de procedimentos técnicos executados, devidamente analisadas, com finalidade de responder dúvida pertinente ao processo.

E. O profissional relator deve observar o contexto social, a dinâmica familiar, as condições emocionais e psicológicas em que a gestante ou parturiente se encontra. Deve, ainda, identificar se a gestante ou parturiente está sendo assistida pela rede e se seus direitos estão sendo garantidos.

15. A Conselheira Tutelar Jussara tem formação em Psicologia e também atua na clínica. Durante seu plantão no Conselho Tutelar da Região IV, recebeu uma denúncia referente a uma criança de 8 anos, supostamente vítima de violência física e psicológica perpetrada pelo padrasto. Uma vizinha ouviu o chamado do infante e acionou o Conselho Tutelar e a Polícia Militar. O suposto agressor já não estava no local, restando apenas a genitora e a criança, que apresentava hematomas visíveis e chorava, sem demonstração de acolhimento materno. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, a literatura técnica e a legislação específica sobre a escuta de crianças vítimas ou testemunhas de violência, marque a alternativa que indica a conduta profissional **ADEQUADA**:

A. Jussara deve afastar a criança da genitora e iniciar procedimento de escuta especializada, com a finalidade de produzir provas confiáveis que possam ser juntadas ao processo judicial de medida de proteção. Posteriormente, a conselheira tutelar deve encaminhar o infante para o acolhimento institucional.

B. Jussara deve articular-se com os demais órgãos da rede de proteção para garantir o atendimento prioritário — inclusive de saúde — à criança vítima, além de resguardá-la da participação em oitivas repetidas. À conselheira tutelar cabe, ainda, identificar a melhor instituição de acolhimento para recebê-la até que localize um familiar e a entregue em guarda. Após a conclusão da investigação, Jussara requer a abertura de uma medida de proteção.

C. Jussara é psicóloga e, portanto, pode iniciar a perícia psicológica para fundamentar a abertura do processo de medida de proteção. Para isso, deve levar a criança à sede do Conselho Tutelar, onde será ouvida separadamente. Posteriormente, o infante

deve retornar ao domicílio materno, tendo em vista que o suposto agressor não se encontra no local e o acolhimento institucional é medida excepcional.

D. Jussara deve articular-se com os demais órgãos da rede de proteção para garantir o atendimento prioritário — inclusive de saúde — à criança vítima, além de resguardá-la da participação em oitivas repetidas. À conselheira tutelar cabe, ainda, identificar pessoa de referência na família extensa que permaneça responsável pelo infante até que o caso seja avaliado pelo Poder Judiciário.

E. Jussara é psicóloga e, portanto, pode iniciar o acompanhamento psicológico do infante, com a finalidade de obter informações relevantes, reduzir o impacto emocional da violência e garantir a sua prioridade em receber atendimento, conforme preconiza do Estatuto da Criança e do Adolescente. Concomitantemente, deverá identificar pessoa de referência na família extensa que permaneça responsável pelo infante até que o caso seja avaliado pelo Ministério Público.

16. Guimarães, L. D. A. In Guimarães (2024, p.17 a 63) aborda os fundamentos da perícia psicológica forense. Sobre as classificações da perícia psicológica forense apontadas pelo pesquisador, marque a alternativa **CERTA**.

A. A perícia psicológica direta ocorre quando a indicação do perito que será nomeado judicialmente ocorre por escolha e consenso das partes processuais, desde que a ação judicial seja resolvida pela autocomposição e essas partes apresentem capacidade civil para tal ato.

B. A perícia psicológica indireta é aquela que o psicólogo não tem contato direto com a pessoa avaliada, mas a avalia com base em diversos documentos (prontuários, relatórios escolares), além de informações coletadas por terceiros (cuidadores, familiares, pessoas da convivência). Evita a exposição do indivíduo ao relato e à revivência de situações traumáticas.

C. A perícia psicológica transversal ocorre em âmbito administrativo, designada por meio de portaria administrativa emitida pelo delegado ou pelo promotor para averiguação de determinada condição de relevância legal.

D. Na perícia prospectiva, o psicólogo estima o estado psicológico de alguém em determinado momento do

passado, com o objetivo de inferir implicações para uma questão legal. Exemplo: autópsia psicológica para verificar aspectos psicológicos que tenham contribuído para caso de suicídio.

E. Na perícia psicológica retrospectiva, o psicólogo examina a pessoa que está sendo avaliada. Utiliza entrevista, aplica testes e observa o comportamento da pessoa com finalidade de avaliar personalidade e habilidades para compreender, no modo de funcionamento atual, o envolvimento em crimes no passado.

17. Guimarães, L. D. A. In Guimarães (2024, p.17 a 63) discute a relação do perito com assistentes técnicos e advogados. Sobre o posicionamento apresentado pelo autor, que é referência na psicologia jurídica brasileira, marque a alternativa **ERRADA**:

A. Quando houver assistentes técnicos indicados no caso, o perito deverá informar previamente, pelo menos 10 dias antes de sua diligência, as informações sobre quais, onde, quando e por quê serão realizadas.

B. A presença de um terceiro durante as diligências periciais pode interferir na qualidade e na confiabilidade dos dados obtidos, isso porque a perícia psicológica prescinde, além dos elementos da padronização de testagem e avaliação psicológica, da construção de um vínculo entre o profissional e as partes.

C. Ainda que o estatuto da advocacia indique a possibilidade de o advogado fazer-se acompanhar de seu cliente, inclusive em exames periciais, a atuação do advogado não pode interferir no ato pericial a ser realizado, que é de competência exclusiva do perito designado para esse mister. Cabe ao psicólogo zelar pela intimidade dos conteúdos compartilhados e esclarecer a seu patrono que sua presença pouco será útil.

D. Nos casos em que o perito se sinta pressionado pela presença do advogado, ele tem o direito, com base em sua autonomia profissional, de decidir sobre a permanência do advogado no local da perícia, devendo justificar sua decisão por escrito, para evitar a recusa de realização do exame.

E. O assistente técnico é o profissional indicado no processo pela parte e que garantirá a ela o direito ao contraditório no devido processo legal. Pelo fato de esse profissional ser da sua confiança, não está sujeito a impedimento ou suspeição.

18. Guimarães, L. D. A. In Guimarães (2024, p.229 a 270) aborda o passo a passo da perícia psicológica forense. O autor utiliza a adaptação do modelo de Heilbrun (2006), cuja proposta inclui quatro etapas para a execução do trabalho pericial jurídico. Sobre isso, indique a alternativa **ERRADA**.

A. A comunicação escrita, por meio do laudo psicológico qualificado como laudo pericial, é a forma mais comum de resposta ao julgador acerca dos quesitos e da demanda forense apresentada ao perito. No ordenamento jurídico brasileiro, o perito não se qualifica como testemunha, mas, sim, como auxiliar da justiça.

B. No caso de perícias realizadas por cartas precatórias, por exemplo, quando apenas uma das partes reside naquela comarca, o psicólogo deverá informar no laudo que suas análises têm caráter parcial e são limitadas à realidade daquela parte examinada, não sendo possível, portanto, inferir dinâmicas familiares ou padrões interacionais de provimento de cuidados e relacionamentos com pessoas que não participaram do processo pericial.

C. A antecipação de informações sobre uma visita domiciliar pode levar a uma “maquiagem” ou alteração da realidade usual do ambiente familiar, afetando a autenticidade das interações observadas. É aconselhável informar as partes envolvidas sobre a relevância do procedimento, sem, no entanto, especificar datas para sua realização.

D. Os procedimentos periciais esgotam-se quando o profissional dispõe de dados suficientes para inferir sobre processos, estados ou capacidades psicológicas do periciando e, a partir disso, gerar suas análises e interpretações técnicas do caso para poder produzir o laudo pericial.

E. Na etapa de iniciação, o perito deverá tomar conhecimento de quais questões legais serão decididas pelo magistrado. Deve-se partir do reconhecimento da natureza do processo judicial por meio da leitura da petição inicial dos autos processuais. No entanto, a análise documental completa realizada pelo psicólogo compromete a imparcialidade do trabalho a ser executado, uma vez que o profissional pode adotar uma perspectiva com base na sua “primeira impressão”.

19. No contexto jurídico-criminal, são demandadas perícias psicológicas de vítimas de diferentes tipos de

crimes. Puthin e Resende in Guimarães (2024, páginas 277 a 295) assinalam que, comumente, a demanda pela perícia psicológica em casos envolvendo suspeita de abuso sexual na esfera criminal está relacionada à necessidade de comprovação da materialidade do fato denunciado. Considerando as concepções atualizadas dentro da temática, avalie as alternativas abaixo e classifique-as em **VERDADEIRA (V)** ou **FALSA (F)**. Marque a alternativa que apresentar a sequência correta.

( ) O laudo decorrente da avaliação psicológica da suposta vítima de crime sexual adquire função de prova técnica e identificará a incidência de elementos e indicadores psicológicos indiretos, possivelmente associados a vivências traumáticas.

( ) O psicólogo deve se atentar às possíveis consequências do crime, que podem variar desde os efeitos primários graves (tais como ansiedade, distúrbios alimentares e do sono, isolamento social, culpa, enurese, encoprese, tiques e manias, dificuldades de aprendizagem, masturbação frequente e/ou pública, ideação suicida, entre outros) até efeitos secundários mais críticos (como repercussões sociais, emocionais e/ou psiquiátricas, como transtorno dissociativo, transtorno depressivo maior, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtornos alimentares e transtornos de ansiedade).

( ) Recomenda-se a inclusão do acusado na avaliação, tanto pelo caráter imparcial do estudo quanto pela importância da multiplicidade de fontes de informação.

( ) Caso a perícia seja realizada apenas com informações da criança e do responsável/denunciante, o profissional deverá informar as limitações no estudo e o motivo pelo qual não incluiu o acusado, ainda que a entrevista com o referido não tenha sido determinada pelo magistrado.

( ) Por ter autonomia de atuação profissional e atuar em caráter de urgência, nos casos de investigação de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, o psicólogo não precisa atender nem justificar a não inclusão do acusado. A sua imparcialidade já é referenciada pelo magistrado quando indica profissional da sua confiança, que não tem relação com os envolvidos.

A. V, V, F, F, V

B. V, V, V, V, F

C. V, F, F, V, F

D. F, V, F, F, V

E. F, F, V, V, F

20. Milena é psicóloga, especialista em psicologia jurídica, perita do Tribunal de Justiça e lotada na Vara de Família. A profissional recebeu determinação judicial para realizar uma avaliação psicológica, com especificação para executar os procedimentos de entrevista estruturada e aplicação de testes de personalidade para aferir qual dos genitores litigantes tem melhores condições de oferecer a residência principal de criança em guarda compartilhada. No que diz respeito ao trabalho do psicólogo jurídico em varas de família, analise as elocuições e classifique-as como **CERTA (C)** ou **ERRADA (E)** de acordo com a literatura técnica específica atualizada e com as resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

I. ( ) Para subsidiar a decisão judicial, Milena deve integrar os dados obtidos a uma Análise enriquecida com discussões teóricas, conforme estabelecido pelas resoluções do CFP. Assim, apresentará considerações consistentes, ainda que o magistrado tenha limitado a sua possibilidade de atuação aos procedimentos determinados.

II. ( ) Por ser perita do Tribunal de Justiça, Milena é obrigada a seguir integralmente a determinação judicial no que diz respeito à escolha dos procedimentos a serem aplicados. Caso identifique a necessidade de execução de outras ferramentas avaliativas para atender ao objeto do estudo demandado, a profissional deve se reportar ao magistrado por ofício com finalidade de obter autorização antes de fazê-lo.

III. ( ) Milena deve optar pela multiplicidade de fontes de informação, haja vista que contribui para o esclarecimento de eventuais manipulações ou distorções de dados, que são frequentes no âmbito forense. Em varas de família, família extensa, terceiros envolvidos, diligências domiciliares e institucionais são estratégias relevantes.

IV. ( ) Como especialista em psicologia jurídica, Milena reconhece o seu direito de autonomia profissional para planejar e executar a avaliação psicológica, com

a seleção adequada de técnicas. É obrigatório, no entanto, que justifique os procedimentos aplicados no Laudo Psicológico, demonstrando a sua relevância por meio de referencial técnico/teórico.

V. ( ) É compreensível a opção do magistrado pela aplicação das técnicas de entrevista estruturada e teste de personalidade, uma vez que os dados obtidos terão caráter objetivo e um resultado fidedigno, facilitando a compreensão dos operadores do direito, sem margem para questionamento por assistentes técnicos e advogados.

- A. I.E ; II.E ; III.C ; IV,C ; V. E.
- B. I.C ; II.C ; III.E ; IV,E ; V. C.
- C. I.C ; II.E ; III.C ; IV,C ; V. C.
- D. I.C ; II.C ; III.C ; IV,C ; V. E.
- E. I.E ; II.C ; III.C ; IV,E ; V. E.

21. Maria Clara é psicóloga clínica e tem interesse em psicologia jurídica. Recentemente, iniciou uma pós-graduação na área e foi procurada por uma amiga que vivencia divórcio litigioso com disputa de guarda dos filhos. Entusiasmada com seu primeiro caso, Clara planeja a atuação como assistente técnica com enfoque em participar da execução dos procedimentos junto à psicóloga perita do tribunal e apresentar um documento técnico com suas próprias percepções. À luz do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) e das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia que regulamentam a atuação pericial e de assistentes técnicas(os), bem como a elaboração de documentos psicológicos, analise a conduta de Clara e marque a alternativa **ERRADA**.

- A) A atuação da assistente técnica limita-se à análise do laudo psicológico e demais documentos constantes dos autos, sendo vedada sua participação nas etapas de avaliação conduzidas pela perita judicial.
- B) A elaboração do parecer psicológico pela assistente técnica deve basear-se em conhecimento científico, fundamentação teórico-metodológica explícita e observância dos princípios éticos que regem a produção de documentos psicológicos.
- C) A amizade prévia entre Clara e a parte interessada configura potencial conflito de interesses, comprometendo a isenção técnica e podendo

caracterizar impedimento ético para sua atuação como assistente técnica.

D) Embora possua experiência clínica, Clara ainda não detém formação ou competência técnica consolidada na área jurídica, o que limita sua atuação e exige prudência ética até que adquira qualificação específica para exercer funções de assistente técnica.

E) É adequada a intenção de Clara em participar dos procedimentos periciais conduzidos pela profissional nomeada, desde que sob supervisão da perita e com o objetivo de complementar a avaliação com observações próprias.

22. Priscila vive em uma comunidade periférica com seus dois filhos, gêmeos de 3 anos de idade. A mãe enfrenta abandono paterno, ausência de rede de apoio e insegurança alimentar, o que a levou a pedir ajuda financeira e material na frente de uma igreja. Denunciada pelo Conselho Tutelar por exploração infantil e mendicância, foi atendida pela psicóloga da Vara da Infância e da Juventude para avaliação do caso no processo de Medida de Proteção. Analise o caso junto à perita considerando a literatura técnica referente à avaliação psicológica de famílias vulneráveis, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a articulação com a rede de atendimento e proteção à infância. Assinale a alternativa que contempla as possíveis e adequadas sugestões de medidas de proteção para a família em questão.

- A) Encaminhamento da família ao CRAS para acompanhamento psicossocial continuado, inclusão em programas de transferência de renda e fortalecimento de vínculos, bem como articulação intersetorial com serviços de saúde e educação para garantia de direitos básicos.
- B) Recomendação de acompanhamento psicológico individual para Priscila, com suspensão imediata da guarda materna e acolhimento institucional das crianças até a comprovação de estabilidade social, emocional e financeira.
- C) Diante da vulnerabilidade social e da ausência de rede de apoio, o caso deve ser encaminhado prioritariamente ao CREAS, para acompanhamento psicossocial e inclusão da família em programas de transferência de renda, assegurando o acesso a benefícios eventuais e apoio familiar.
- D) Sugere-se atuação integrada entre a equipe técnica das instituições de acolhimento e o Conselho Tutelar, para priorização do caráter protetivo das medidas e

para a inclusão da família em programas de transferência de renda, evitando respostas punitivas a situações de pobreza.

E) O caso exige intervenção prioritária do Conselho Tutelar com aplicação imediata de medida protetiva de acolhimento institucional, uma vez que a mendicância caracteriza situação de violação grave dos direitos da criança e do adolescente. A reinserção familiar dependerá da identificação por parte dos conselheiros de membro da família extensa que aceite se responsabilizar pelas crianças.

23. Besutti, Anjos, Krindges e Hohendorff in Borsa (2019, p. 7 a 27) destacam o desafio representado pela avaliação psicológica com crianças e adolescentes em situação de risco. Os autores revisam a multiplicidade conceitual referente aos termos “vulnerabilidade” e “risco” na literatura científica. Sobre isso, analise as elocuições abaixo e, a seguir, identifique quais estão **CORRETAS**.

I. Vulnerabilidade e risco são conceitos dinâmicos e equivalentes. Sem a vulnerabilidade, o risco é não tem efeito. A vulnerabilidade deve ser entendida como um processo, não como uma variável em si.

II. Vulnerabilidade e risco são conceitos distintos. A vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente. Sem risco, a vulnerabilidade não tem efeito.

III. Vulnerabilidade está associada mais estritamente ao indivíduo e às suas necessidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas.

IV. O risco deve ser compreendido como um processo e não como uma variável em si. Implica em alta probabilidade de consequências negativas nas esferas física, cognitiva, socioemocional ou no desenvolvimento de psicopatologias.

- A. Apenas I e II estão corretas.
- B. Apenas II, III e IV estão corretas.
- C. Apenas II e IV estão corretas.
- D. Apenas I e IV estão corretas
- E. Apenas I e III estão corretas.

24. Pelisoli e Mattos in Guimarães (2024) pesquisam sobre a perícia psicológica em situações de resistência da criança ao convívio com um dos genitores. As autoras alertam que, após a popularização da

denominada Síndrome da Alienação Parental (SAP), toda rejeição apresentada pela criança passou a ser vista como evidência da manipulação por parte do genitor dito “alienador” sobre a criança.

Considerando as contribuições dessas autoras e o papel da perícia psicológica na interface com o direito de família, marque a alternativa **INCORRETA**.

A. Os litígios familiares são complexos e multideterminados. Na interface da psicologia com o direito, os profissionais precisam ir além de análises polarizadas e simplistas, que falham em capturar a riqueza dessa dinâmica e acabam espelhando o pensamento inflexível “tudo ou nada”, comumente apresentado nesses contextos pelas crianças e seus genitores.

B. A existência de diversos fatores que influenciam essa dinâmica não implica na inexistência da alienação parental como fenômeno das relações familiares. A alienação parental pode, sim, figurar como um dos fatores que influenciam essa dinâmica, mas certamente não é o único.

C. É necessário desenvolver um olhar mais aprofundado para compreender melhor a dinâmica complexa dos problemas de relacionamento entre genitores e filhos, buscando assimilar a perspectiva polarizada em torno da síndrome da alienação parental. Reconhecida pela ciência e pela legislação, a síndrome assinala o contexto cada vez mais comum de tentativa de manipulação de crianças para a rejeição à figura do genitor não guardião em litígios pós-separação conjugal.

D. Embora Gardner tenha definido a alienação parental como síndrome que seria apresentada pela criança, tal quadro clínico não encontrou evidências científicas suficientes para que fosse reconhecido pelos manuais diagnósticos, como a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA).

E. Os manuais diagnósticos incluem o conceito, mas não o termo “alienação parental”, sob os títulos de “problemas relacionais” (APA) e “problemas de relacionamento entre cuidados e criança” (OMS).

25. Giacomozzi e Fiorott in Guimarães (2024, p. 207 a 225) discutem a perícia psicológica em processos de

habilitação para adoção e as suas implicações para o êxito do processo adotivo. Assinale a alternativa **INCOMPATÍVEL** com os pressupostos apresentados pelas autoras.

A. É possível indicar motivações inadequadas para o exercício da parentalidade adotiva, como fazer companhia para si e/ ou para filhos, caridade, ocupar uma casa grande, deixar a herança.

B. Perdas gestacionais e tratamentos médicos específicos são aspectos passíveis de investigação, com repercussão relevante para a compreensão do desejo da parentalidade adotiva.

C. É importante verificar o relacionamento do casal, pois, além da parentalidade, as partes terão de desenvolver a coparentalidade, que diz respeito ao modo como os pais sistematizam suas funções parentais, como se apoiam e como gerenciam os conflitos diante dos cuidados dos filhos.

D. A romantização da adoção se reveste de importância na perícia psicológica, uma vez que desperta expectativas saudáveis e contribui para a preparação adequada da família para a chegada do filho por adoção.

E. O processo de adoção bem-sucedido requer apoio e suporte da família extensa ou rede de amigos da família. A criança que chegará precisa ser aceita integralmente pelos irmãos, tios, avós, enfim, por toda a família.

26. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS-5) caracteriza os transtornos do neurodesenvolvimento por sua manifestação precoce, geralmente durante o período de desenvolvimento infantil, marcada por déficits na aquisição e desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, comunicativas e motoras. Identificam-se no indivíduo prejuízos em áreas específicas do funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Considerando as definições do DSM-5 e as principais referências da psicopatologia do desenvolvimento, marque a alternativa **CERTA**:

A. Na avaliação do Atraso Global do Desenvolvimento, o diagnóstico é aplicável a crianças com menos de 7 anos de idade que apresentam atrasos significativos em múltiplas áreas de desenvolvimento, devendo ser mantido como diagnóstico definitivo.

B. O diagnóstico do Atraso Global do Desenvolvimento é realizado por meio de escalas de desenvolvimento e observação clínica. Tem natureza provisória para identificar precocemente a demanda por intervenção, sendo substituído por um diagnóstico mais específico (como TEA, por exemplo) quando a criança atingir idade que possibilite avaliações mais precisas.

C. Na Dislalia, manifestam-se dificuldades persistentes no uso social da comunicação verbal e não verbal, na capacidade de adaptar a comunicação ao contexto e em seguir as regras da conversa.

D. A Dislexia afeta a capacidade de escrita, resultando em caligrafia ilegível, uso inadequado do espaço de escrita e dificuldade de coordenar os movimentos finos para formar letras.

E. O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem como principais sintomas padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e/ou atividades, além de prejuízos persistentes na comunicação e interação social.

27. A Classificação Internacional de Doenças – 11ª Revisão (CID-11, OMS, 2022) caracteriza os transtornos psicóticos primários por distorções fundamentais da percepção, do pensamento e das emoções, frequentemente acompanhadas de prejuízos significativos no funcionamento pessoal e social. Com base nessa classificação, analise as descrições a seguir e indique a alternativa que apresenta a sequência correta de correspondência entre os conceitos e os transtornos.

I. Definido pela coocorrência de sintomas psicóticos (como alucinações, delírios, fala e pensamento desorganizados) e de sintomas de humor (depressivo ou maníaco). Os sintomas não podem ser resultado do uso de substâncias (drogas ou medicamentos) ou de outra condição médica.

II. A sintomatologia pode comportar um afeto frio ou inapropriado, anedonia; um comportamento estranho ou excêntrico; uma tendência ao retraimento social; ideias paranoides ou bizarras sem que se apresentem ideias delirantes autênticas; ruminções obsessivas; transtornos do curso do pensamento e perturbações perceptivas. Podem ocorrer períodos transitórios quase psicóticos, com ilusões intensas, alucinações auditivas ou ideias

pseudodelirantes, geralmente sem fator desencadeante exterior.

III. Caracteriza-se pela presença de um ou mais delírios sustentados, geralmente não bizarros, com preservação relativa da personalidade e do funcionamento global, podendo ocorrer alucinações leves e relacionadas ao tema delirante.

A. I. Transtorno Esquizofreniforme. II. Transtorno Esquizotípico. III. Transtorno Delirante Persistente.

B. I. Transtorno Esquizofreniforme. II. Transtorno Esquizoafetivo. III. Transtorno Delirante Persistente.

C. I. Transtorno Esquizoafetivo. II. Transtorno Esquizotípico. III. Transtorno Delirante Persistente.

D. I. Transtorno Esquizoafetivo. II. Transtorno Esquizofreniforme. III. Transtorno Delirante Persistente.

E. I. Transtorno Esquizoafetivo. II. Transtorno Esquizofreniforme. III. Transtorno Esquizotípico.

28. Marque a alternativa **CORRETA** sobre o acompanhamento da gestante pelo juízo da Vara da Infância e da Juventude.

A. A equipe interprofissional acompanhará a gestante desde o primeiro atendimento, no período puerperal e até 180 dias após o nascimento da criança, em caso de retratação ou arrendimento da entrega voluntária.

B. A equipe interprofissional acompanhará a gestante durante a gestação, podendo ser estendido o período até 90 dias após o nascimento da criança, em caso de retratação ou arrendimento da entrega voluntária.

C. A gestante ou a parturiente será orientada durante o atendimento sobre o seu direito: de atribuir nome à criança ou optar por deixar em branco e aguardar para que seja definido pela família adotante.

D. A gestante ou a parturiente será orientada durante o atendimento sobre o seu direito: de deixar informações que favoreçam a preservação da identidade da criança, seja sobre o histórico familiar, da gestação e de sua decisão acerca da entrega; seja sobre dados que possam ser úteis aos cuidados da criança. Deve evitar, no entanto, a inclusão de peças significativas, como fotos ou cartas;

E. A gestante ou a parturiente será orientada durante o atendimento sobre o seu direito: de gozo de

licença-maternidade após o parto e que a razão da licença será mantida em sigilo.

29. Estudos recentes analisam a relação entre família e diversidade sexual. A literatura indica evidências relevantes sobre o exercício da parentalidade por casais homoafetivos. Analise as elocuições e indique qual alternativa apresenta a sequência **COMPATÍVEL** com a literatura técnica atualizada sobre o tema

I. Apesar das adversidades, casais que assumem publicamente a sexualidade e a parentalidade encontram caminhos para o exercício saudável e satisfatório de suas relações como companheiros e pais/mães.

II. Uma estratégia comum entre casais heteroafetivos não prevalente em famílias homoafetivas é a divisão dos cuidados com as crianças de forma mais equilibrada e com compartilhamento de papéis. Estudos recentes constataram fato de haver dois pais ou duas mães parece dificultar essa organização da dinâmica.

III. Pais gays e mães lésbicas que experienciam episódios constantes de preconceito e discriminação pela condição de minoria sexual conseguem desenvolver estratégias positivas e superam obstáculos que se mostram favorecedores ao desempenho da parentalidade.

IV. Ainda há poucos estudos nacionais sobre adoção por famílias homoafetivas. Os achados não constata diferenças significativas de ajustamento psicológico ou comportamento sexual e de gênero quando comparadas crianças em famílias heteroafetivas e homoafetivas. Embora os estudos brasileiros sejam menos numerosos, suas conclusões são consistentes com os achados internacionais.

A. Apenas I e III estão corretas.

B. Apenas I, III e IV estão corretas.

C. Apenas II e IV estão corretas.

D. Apenas a IV está correta.

E. Apenas a II e a III estão corretas.

30. Estudos de Neufeld, Brust e Stein in Stein (2010) e de Ceconello in Guimarães (2024) discutem a formação de falsas memórias, entendidas como distorções no processamento mnésico, relevantes para compreender a capacidade de crianças

relatarem, de modo fidedigno, eventos testemunhados. Considerando o referencial teórico mencionado, avalie as alternativas a seguir e assinale a **INCORRETA**.

A. Crianças pré-escolares demonstram maior sugestibilidade do que crianças mais velhas e adultos; contudo, a suscetibilidade a distorções mnésicas é universal. Para além da idade, variáveis como a estruturação do evento, o grau de familiaridade com o contexto e características cognitivas individuais influenciam a formação de falsas memórias.

B. O efeito de conformidade de memória constitui um exemplo de falsas memórias sugeridas, ocorrendo quando testemunhas compartilham informações entre si e, subsequentemente, integram elementos externos — precisos ou não — aos seus próprios relatos.

C. Falsas memórias podem ser classificadas em espontâneas, vinculadas a inferências internas, associações semânticas ou falhas de monitoramento da fonte, e sugeridas, quando derivam da incorporação de informações externas provenientes de outra pessoa.

D. Para quem recorda, falsas memórias podem apresentar vividez e riqueza fenomenológica comparáveis às memórias verdadeiras, podendo abranger desde detalhes isolados até narrativas completas de eventos supostamente vividos.

E. A capacidade de relatar eventos vivenciados depende dos processos de codificação, armazenamento e recuperação da memória episódica, sendo modulada por fatores emocionais, de modo que a adequada regulação das emoções constitui componente essencial para garantir a evocação fidedigna do evento.

31. Lucas D. A. Guimarães e Reinaldo T. Alves Jr., referências na psicologia forense brasileira, apresentam importantes considerações sobre a entrevista no contexto jurídico, descrevendo-a como método fundamental de coleta de dados. No que diz respeito à entrevista clínico-forense (ECF), marque a alternativa **INCORRETA** em relação aos pressupostos assinalados pelos pesquisadores.

A. A entrevista clínico-forense nas avaliações forenses em saúde mental é uma técnica utilizada por profissionais de psicologia e psiquiatria para avaliar a

saúde mental de indivíduos que estejam em processos judiciais. O levantamento de informações costuma ocorrer buscando investigar a relação existente entre determinados processos psicológicos e suas competências ou incompetências legais.

B. Com relação aos resultados, ECF exigirá que o perito psicólogo obtenha dados de frequência, da intensidade, da caracterização e da evolução de determinados aspectos do funcionamento comportamental e psíquico que tenham relevância para certa questão legal. Estudos advertem, no entanto, que a entrevista deve estabelecer hipóteses, mas não chegar a conclusões definitivas, uma vez que pode auxiliar na formação de hipóteses, mas não ser a única fonte de dados para confirmá-la.

C. A entrevista clínico-forense nas avaliações forenses contribui para a identificação e o diagnóstico de condições psíquicas de relevância forense, como os casos de avaliação de dano psíquico. Embora seja destinada a conhecer o indivíduo em suas distintas dimensões psicológicas, demanda que o psicólogo perito não desconsidere a importância de seus contextos familiar, social, ocupacional, cultural, legal e outros.

D. O uso de uma ECF totalmente não estruturada durante toda a perícia psicológica é considerando completamente inviável. Sua indicação restringe-se muito mais aos momentos de vinculação e rapport na primeira sessão ou em dose fracionada no início de cada sessão. O uso de instrumentos mais estruturados e padronizados é preferível.

E. A entrevista clínico-forense nas avaliações forenses em saúde mental é uma técnica utilizada exclusivamente por profissionais de psicologia para avaliar a saúde mental de indivíduos que estejam em processos judiciais. O uso de uma ECF não estruturada durante toda a perícia psicológica é possível, desde que sejam obtidas informações de frequência, da intensidade, da caracterização e da evolução de determinados aspectos do funcionamento comportamental e psíquico que tenham relevância para certa questão legal.

32. Guimarães e Lemos in Guimarães (2024, p. 337) assinalam que o Exame do Estado Mental (EEM) é um dos principais procedimentos para averiguar as condições psíquicas de uma pessoa que será submetida ao procedimento formal da perícia psicológica forense. Analise as alternativas abaixo e

marque a **INCOMPATÍVEL** com os achados dos autores sobre o tema.

A. O EEM consiste em um procedimento essencial para avaliar a competência e a capacidade de um indivíduo para tomar decisões e entender implicações legais de suas ações durante a realização dos procedimentos psicológico-forenses.

B. Uma importante finalidade do EEM é a averiguação de uma síndrome psicopatológica atual que possa interferir nas capacidades funcionais para que o indivíduo exerça seus direitos e goze de sua liberdade como cidadão.

C. O EEM é caracterizado pela sua objetividade e agilidade para avaliar as condições cognitivas, emocionais e comportamentais do funcionamento do indivíduo no momento da submissão aos procedimentos forenses. Ainda que conduzido com menor tempo de execução, tende a diminuir a chance de sucesso do examinando para simulação de sintomas.

D. O levantamento de alterações psíquicas durante o EEM, precisa explorar aspectos como a duração, a intensidade, o contexto e a repercussão destas nos contextos de vida alegados pelo examinando. No entanto, recomenda-se que o EEM não deve ser o único procedimento avaliativo para inferir as condições mentais atuais de um examinando.

E. A condução rápida do EEM em curto espaço de tempo, favorece prejuízos ao resultado final da perícia, já que, frequentemente, o profissional precisará observar e coletar dados em maior profundidade, como é o caso do funcionamento do pensamento, do afeto e do humor.

33. Guimarães e Lemos in Guimarães (2024, p. 337), apresentam importante distinção entre afetividade e humor. Para os autores, em ambos, o componente emocional será expresso, mas com forma, duração e curso distintos. No que diz respeito às explanações dos autores de referência, marque a alternativa **CORRETA**.

A. As principais alterações do humor incluem: disforia, paratimia e ambitimia. As principais alterações do afeto incluem: hipotimia, hipertimia, puerilidade, rigidez afetiva.

B. O humor é a expressão emocional imediata do sujeito resultante de uma resposta a estímulos internos ou externos. O afeto, por sua vez, é o

resultado de suas diferentes expressões emocionais mais estáveis e duradouras, sendo o estado emocional basal e difuso do sujeito.

C. O afeto é a resposta emocional prolongada e padronizada do sujeito, resultante de uma resposta a estímulos internos ou externos. Enquanto o humor é o resultado de suas diferentes conexões emocionais flexíveis, resultante da amplitude de respostas a estímulos que compõem o repertório do sujeito.

D. As principais alterações do humor incluem: disforia, paratimia, ambitimia, hipotimia, hipertimia, e puerilidade. Embotamento afetivo, afeto incontinente, afeto inadequado, rigidez afetiva e afeto lábil.

E. O afeto é a expressão emocional imediata do sujeito resultante de uma resposta a estímulos internos ou externos. O humor, por sua vez, é o resultado de suas diferentes expressões emocionais mais estáveis e duradouras, sendo o estado emocional basal e difuso do sujeito.

34. Bassols et al in Bassols et al (Orgs., 2025, p. 112 a 124) enquadram a segunda infância ou idade pré-escolar entre os 3 e 6 anos de idade. Os autores apontam os avanços no desenvolvimento pela expansão de suas habilidades linguísticas e cognitivas, além da identificação da maior complexidade nas suas interações sociais e emocionais. O conhecimento de características específicas dessa fase do desenvolvimento é relevante para o psicólogo jurídico que atua em varas de família, infância e criminal, pois influenciam na capacidade da criança participar de procedimentos de escuta e avaliação. Qual das alternativas abaixo apresenta aspectos do desenvolvimento característicos da segunda infância?

A. Dificuldade para distinguir fantasia da realidade; Descentração (centram-se em vários aspectos da situação) ; Irreversibilidade (não entendem que algumas situações podem ser revertidas); Raciocínio Translativo (dificuldade para raciocinar com lógica de causa e efeito); Eocentria (presumem que todos percebem e sentem como elas).

B. Capacidade para distinguir fantasia da realidade desenvolvida; Descentração (centram-se em vários aspectos da situação); Reversibilidade (entendem que algumas situações podem ser revertidas); Raciocínio Translativo (dificuldade para raciocinar com lógica de

causa e efeito); Egocentrismo (presumem que todos percebem e sentem como elas).

C. Capacidade para distinguir fantasia da realidade desenvolvida; Centração (centram-se em vários aspectos da situação); Reversibilidade (entendem que algumas situações podem ser revertidas); Raciocínio Transdutivo (dificuldade para raciocinar com lógica de causa e efeito); Egocentrismo (presumem que todos percebem e sentem como elas).

D. Dificuldade para distinguir fantasia da realidade; Centração (centram-se em um aspecto da situação); Irreversibilidade (não entendem que algumas situações podem ser revertidas); Raciocínio Transdutivo (dificuldade para raciocinar com lógica de causa e efeito); Egocentrismo (presumem que todos percebem e sentem como elas).

E. Dificuldade para distinguir fantasia da realidade; Centração (centram-se em um aspecto da situação); Reversibilidade (entendem que algumas situações podem ser revertidas); Raciocínio Translativo (dificuldade para raciocinar com lógica de causa e efeito); Eocentria (presumem que todos percebem e sentem como elas).

35. Lago et al in Bassols (2025, p. 257 a 272) analisam as vulnerabilidades no ciclo vital da mulher. As autoras assinalam que determinados contextos culturais podem interferir diretamente no desenvolvimento pleno do indivíduo, limitando a sua capacidade de amadurecimento emocional e psicológico. Neste sentido, apresentam o conceito de interseccionalidade. Analise as afirmações abaixo e marque a alternativa que apresenta ponderações **CORRETAS** sobre **INTERSECCIONALIDADE**, de acordo com a literatura referenciada.

A. Oriundo do feminismo negro, considera a complexidade de outras categorias de opressão invisibilizadas pelo movimento feminista. O racismo e o sexismo são vivenciados de forma desigual entre as mulheres, em razão de sua raça e categoria social.

B. O conceito se refere à identificação de vulnerabilidades no ciclo vital da mulher relacionadas a questões biológicas que, em decorrência do machismo estrutural, foram ignoradas em estudos científicos, especialmente na área de reprodução humana.

C. A medicina, no contexto da cultura interseccional marcada pelo machismo estrutural, toma o masculino

como norma. As notórias lacunas sobre as especificidades do corpo feminino prejudicam os tratamentos direcionados a esse público.

D. Originado do feminismo, o termo considera a complexidade de outras categorias de opressão identificadas e questionadas pelo movimento. Pautas que interferem na saúde geral da mulher, como a sobrecarga materna, pressão estética e desigualdade da distribuição das responsabilidades reprodutivas ganharam repercussão e ampliaram discussões nos últimos anos.

E. A medicina, no contexto da cultura de machismo interseccional, ignorava em pesquisas e postulados sobre diagnósticos de psicopatologias a questão cultural e social referente ao papel da mulher na sociedade. Desconsiderava, portanto, a maior suscetibilidade de indivíduos a um adoecimento ou à menor disponibilidade de recursos para sua proteção.

36. Lago et al in Bassols (2025, p. 257 a 272) elencam tipos de violência contra a mulher incluindo conceitos contemporâneos, que vão além da violência doméstica, obstétrica, patrimonial e feminicídio. Analise os conceitos e indique qual alternativa apresenta a sequência **COMPATÍVEL** com a literatura técnica atualizada sobre o tema:

I. Manipulação de alguém para que duvide de sua própria percepção, memória e sanidade.

II. Remoção não consentida de preservativo.

III. Ato de fotografar por baixo da saia sem autorização.

IV. Obtenção de imagens por câmeras ocultas ou imagens feitas às escondidas.

V. Manipulação de imagens sem consentimento agregando conotação sexual.

A. Gaslighting; Downblousing; Pornografia Deepfake; Stealthing; Upskirting;

B. Downblousing; Upskirting; Gaslighting; Stealthing; Pornografia Deepfake;

C. Gaslighting; Stealthing; Upskirting; Downblousing; Pornografia Deepfake.

D. Upskirting; Gaslighting; Downblousing; Pornografia Deepfake; Stealthing;

E. Gaslighting; Stealthing; Downblousing; Upskirting; Pornografia Deepfake;

37. Sordi et al. in BASSOLS (2025, p. 201–217) alertam que o uso de álcool propicia cerca de 200 diferentes tipos de doenças, além de ser responsável direta ou indiretamente por  $\frac{1}{4}$  das mortes entre indivíduos de 20 a 39 anos. O que historicamente foi tratado como um problema político-social configura, na verdade, uma questão de saúde pública. Assinale a alternativa que apresenta as características específicas relacionadas ao álcool.

A. Substância depressora do sistema nervoso central. Sintomas de intoxicação: agressividade; diminuição do apetite; pânico. Sintomas na abstinência: lentificação e incoordenação psicomotora; hipotenacidade; conjuntivas hiperemiadas; aumento do apetite.

B. Substância estimulante do sistema nervoso central. Sintomas de intoxicação: euforia; agitação; incoordenação motora; alteração de humor; alteração de atenção; disartria; ataxia; rebaixamento sensório; coma. Sintomas na abstinência: hiperatividade autonômica; náuseas e/ou vômitos; cefaleia; hipertermia; tremores nas mãos; insônia; ansiedade; delírios; convulsões; ataxia.

C. Substância estimulante do sistema nervoso central. Sintomas de intoxicação: agressividade; diminuição do apetite; pânico. Sintomas na abstinência: lentificação e incoordenação psicomotora; hipotenacidade; conjuntivas hiperemiadas; aumento do apetite.

D. Substância depressora do sistema nervoso central. Sintomas de intoxicação: euforia; agitação; incoordenação motora; alteração de humor; alteração de atenção; disartria; ataxia; rebaixamento sensório; coma. Sintomas na abstinência: hiperatividade autonômica; náuseas e/ou vômitos; cefaleia; hipertermia; tremores nas mãos; insônia; ansiedade; delírios; convulsões; ataxia.

E. Substância depressora do sistema nervoso central. Sintomas de intoxicação: taquicardia; midríase; agitação psicomotora; euforia; ansiedade intensa; sudorese; fala acelerada; irritabilidade; tremores; insônia. Sintomas na abstinência: euforia; agitação; incoordenação motora; alteração de humor; alteração de atenção; disartria; ataxia; rebaixamento sensório; coma.

38. Lima (2008), no livro *Álcool e Gravidez – Síndrome Alcoólica Fetal – SAF*, caracteriza a Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) como patologia grave e passível de prevenção. Qualquer dose de álcool pode levar à alterações no desenvolvimento fetal. Os danos da exposição pré-natal ao álcool dependem da dose, idade gestacional, nutrição materna e fatores epigenéticos. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta especificidades relacionadas ao uso de álcool na gestação e à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF).

A. O diagnóstico é mais preciso entre 2 e 11 anos de idade. No que se refere a comprometimento do desenvolvimento escolar, identifica-se retardo no processo de aprendizagem, déficit de atenção e distúrbios do comportamento.

B. As crianças afetadas geralmente nascem com baixo peso e baixa estatura (PIG) e microcefalia. As características faciais podem ou não estar presentes.

C. A exposição pré-natal pode resultar em calcificações intracranianas, microftalmia severa e lesões inflamatórias difusas do sistema nervoso central, alterações mais comumente associadas a infecções congênitas específicas.

D. As alterações faciais são caracterizadas por fissuras palpebrais curtas, filtro nasal liso e lábio superior fino, estabelecendo um padrão facial típico da Síndrome Alcoólica Fetal.

E. É relevante a elevada frequência com que crianças e adolescentes com SAF envolvem-se em situações de conflito com a lei.

39. Volpi (Org. 2015) critica as explicações simplistas sobre os adolescentes em conflito com a lei. Assina o autor que, pela condição de terem praticado um ato infracional, são desqualificados enquanto adolescentes. Analise as elocuições e indique qual alternativa apresenta a sequência **COMPATÍVEL** com a literatura de referência sobre a implementação de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. As garantias necessárias à justa aplicação das medidas socioeducativas não podem prescindir da proibição de detenções ilegais arbitrárias como forma de contrapor-se à cultura predominante dos agentes de segurança, que orientam-se por critérios extremamente subjetivos e preconceituosos.

II. O direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente e de solicitar a presença de

seus pais ou responsáveis em qualquer fase do procedimento são prerrogativas insubstituíveis.

III. Observando-se a aplicação da medida de internação, deve-se obedecer os princípios da brevidade, da excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

IV. As medidas socioeducativas comportam aspectos de natureza coercitiva, uma vez que envolvem responsabilização pelo ato infracional, e aspectos educativos no sentido da proteção integral e da oportunação, e do acesso à formação e informação.

V. A operacionalização deve prever, obrigatoriamente, o envolvimento familiar e comunitário, mesmo no caso de privação da liberdade.

- A. Apenas as elocuições I, II, IV e V estão corretas.
- B. Apenas as elocuições II, III e IV estão corretas.
- C. Apenas as elocuições I, II e V estão corretas.
- D. Apenas as elocuições I, III, IV e V estão corretas.
- E. Todas as elocuições estão corretas.

40. Volpi (Org. 2015, p. 38) aponta o exercício da cidadania plena pelo adolescente submetido por lei à medida socioeducativa como a finalidade social das unidades de internação. Sobre o projeto educacional das unidades de internação e os princípios norteadores da organização da vida cotidiana, marque a alternativa que **NÃO** se enquadra nos postulados da literatura de referência.

- A. O processo pedagógico deve oferecer espaço para que o adolescente reflita sobre os motivos que o levaram a praticar o ato infracional, mas não deve estar centrado no seu cometimento.
- B. É proibida a separação dos adolescentes por critérios de idade, compleição física e/ou gravidade da infração, no intuito de evitar a segregação entre os próprios internos.
- C. As sanções disciplinares por descumprimento de normas devem ser aplicadas de forma clara. Espancamento e tortura são crimes, não instrumentos pedagógicos.
- D. As relações de gênero e raça devem constar na agenda permanente das ações educacionais.

E. A organização da vida cotidiana deve prever espaços para individualização dos adolescentes, respeitar a privacidade mínima e a construção de relações.

41. Pelisoli e Dell'Aglio in (VASCONCELOS e LAGO, 2022) explanam sobre os setes erros na avaliação de situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Assinale a alternativa que **NÃO** é compatível com o entendimento das autoras de referência sobre o tema.

- A. O erro começa na própria legislação brasileira, que falha em definir com maior clareza os comportamentos considerados sexualmente abusivos. Há divergência também nos conceitos utilizados pela literatura acadêmica.
- B. Há um relevante erro na não exigência de associação entre a experiência sexual e a manifestação de sintomas de diferentes ordens, focando no discurso e não na avaliação dos sintomas que guardam relação específica com a violência.
- C. A confusão entre papéis e lugares do psicólogo enquanto profissão, áreas de atuação e trabalho exercido.
- D. Adoção da denominada tendência pró-criança é um erro no qual se adota postura defensiva para com a suposta vítima e compromete a parcialidade do profissional.
- E. Limitar a avaliação à denunciante e à criança, restringindo as fontes de informação sobre o caso é um erro comum e perigoso.

42. Lago e Bandeira in (Vasconcelos e Lago, 2022) discutem a complexidade das avaliações psicológicas em contextos de disputa de guarda, frequentemente marcados por alegações de violência ou de alienação parental. Considerando as diretrizes apresentadas pelas autoras, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um dos principais aspectos a serem investigados na avaliação psicológica desses casos:

- A. O histórico familiar anterior à separação: qualidade da relação conjugal, ocorrência de conflitos, motivos da ruptura. Rotina da criança: grau de envolvimento de cada genitor em seu cuidado.
- B. Comunicação: capacidade de dialogar com o filho de forma eficaz. Disciplina: práticas de monitoramento e estabelecimento de limites.

C. Disponibilidade para o exercício da coparentalidade: decidir individualmente sobre questões relacionadas ao filho.

D. Capacidade de oferecer afeto e cuidados básicos, como higiene, alimentação e atenção à saúde.

E. Motivação de cada genitor para solicitar a guarda. Condições materiais: moradia, alimentação e vestuário.

43. Guimarães e Lemos in GUIMARÃES (2024, p. 374 a 378) assinalam a memória como uma das funções psíquicas mais importantes para o trabalho do psicólogo perito. Advertem, no entanto, que não se trata de uma função estática, isolada e independente, uma vez que guarda relação com o nível de consciência e das capacidades de atenção e sensopercepção. Marque a alternativa que apresenta a nomenclatura **CORRETA** para a alteração da memória que consiste no retorno à mente de recordações passadas, que são reconhecidas como ideias novas e criações originais do indivíduo, comum em casos de demência do tipo Alzheimer.

- A. Criptomnésia
- B. Ecmnésia
- C. Alomnésia
- D. Paramnésia
- E. Geromnésia

44. Dalgalarondo (2008), baseado nos estudos clássicos de Jaspers, conceituou o delírio como juízos de realidade patologicamente falsos. O autor descreve quatro características ou indícios externos importantes para a sua identificação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essas características:

- A. Convicção extraordinária; Possível modificação do delírio pela experiência; Caráter irremovível; Conteúdo impossível; Produção coletiva.
- B. Convicção extraordinária; Impossível modificação do delírio pela experiência; Caráter irremovível; Conteúdo possível; Produção social ou individual.
- C. Convicção ordinária; Impossível modificação do delírio pela experiência; Caráter removível; Conteúdo impossível; Produção associal/ individual.

D. Convicção extraordinária; Impossível modificação do delírio pela experiência; Caráter irremovível; Conteúdo impossível; Produção associal/ individual.

E. Convicção extraordinária; Impossível modificação do delírio pela experiência; Caráter removível; Conteúdo impossível; Produção social ou individual.

45. Uma alteração recente no Estatuto da Criança e do Adolescente caracterizou o abandono afetivo como ilícito civil. Analise as elocuições abaixo e marque a alternativa que indique quais são compatíveis com o entendimento de abandono afetivo estabelecido pela legislação.

- I. Orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais;
  - II. Solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade;
  - III. Presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida;
- A. I e II são compatíveis com o entendimento de abandono afetivo.
  - B. I, II e III são compatíveis com o entendimento de abandono afetivo.
  - C. II e III são compatíveis com o entendimento de abandono afetivo.
  - D. I e III são compatíveis com o entendimento de abandono afetivo.
  - E. Apenas a III é compatível com o entendimento de abandono afetivo.

46. Sobre o abandono afetivo e o exercício da afetividade, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa correta:

- A. Compete aos pais prestarem aos filhos assistência afetiva, assegurando convivência contínua e irrestrita, independentemente das condições concretas de exercício da parentalidade e da organização familiar.
- B. A omissão afetiva só caracteriza ilícito quando acompanhada de prejuízo material evidente à criança ou ao adolescente.
- C. A ausência de cuidado e apoio afetivo devidos pelos pais constitui forma de abandono afetivo e

pode ensejar responsabilidade civil pelos prejuízos emocionais decorrentes.

D. Na adoção tardia, presume-se a existência de vínculos afetivos suficientes para afastar a responsabilização civil por abandono afetivo, salvo prova de abuso ou negligência material.

E. No exercício da convivência familiar, o genitor não guardião deve priorizar a manutenção do vínculo socioafetivo indireto, podendo substituir a presença física por meios virtuais sempre que houver consenso entre os responsáveis.

47. Gael foi adotado aos 6 anos por um casal homoafetivo habilitado no SNA há 2 anos. O estágio de aproximação ocorreu de forma tranquila, e a guarda provisória foi deferida. Em acompanhamento psicológico com a equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, os pais relataram preocupação porque, após um mês de convivência, o filho passou a apresentar comportamentos de irritabilidade, desobediência, recusa de contato físico e rejeição das figuras parentais. Com base nas concepções psicológicas contemporâneas sobre o processo de vinculação na adoção tardia, assinale a alternativa que melhor fundamenta o comportamento de Gael durante o estágio de convivência.

A) As reações de Gael indicam o movimento natural de reorganização psíquica diante da mudança de contexto, expressando o luto pela perda de vínculos anteriores e a testagem da disponibilidade afetiva dos adotantes.

B) As reações de Gael refletem dificuldade de adaptação à configuração homoafetiva da nova família, o que requer acompanhamento psicoterápico infantil e familiar.

C) O quadro apresentado evidencia um transtorno de adaptação à nova dinâmica familiar, demarcado pela ausência de uma figura materna, exigindo intervenção multidisciplinar para prevenção de rompimento de vínculo afetivo.

D) O comportamento de Gael é compatível com quadro de transtorno do apego, marcado pela incapacidade de elaboração do luto pela perda da família de origem, o que pode indicar que ele não está pronto para ser inserido em uma família substituta.

E) As manifestações emocionais de Gael indicam que o processo de adaptação foi concluído sem

construção de vínculo afetivo, sendo recomendável o encerramento do estágio de convivência e a busca por uma nova família substituta no SNA.

48. Adrielly, 18 anos, estudante do terceiro ano do Ensino Médio, procurou a Casa da Mulher Alagoana, onde recebeu atendimento psicológico. Explicou que reside com o irmão em imóvel deixado como herança pelos pais. Descreveu episódios de violência doméstica física e psicológica por parte de seu irmão, João, de 25 anos. Segundo seu relato, é diariamente obrigada a realizar todo o serviço doméstico da casa, mesmo havendo quatro moradores adultos. Ressalta viver sob constante vigilância, ameaças e agressões físicas, como tapas e chutes. Considerando a legislação específica de proteção à mulher, Lei Maria da Penha, marque a alternativa **ERRADA**.

A. Adrielly poderá ser afastada do lar, sem prejuízo de seus direitos de propriedade, podendo, ainda, ser determinada a proibição de celebração de atos e contratos relativos ao imóvel.

B. No caso, podem ser aplicadas medidas protetivas de urgência, isolada ou cumulativamente, que poderão ser substituídas, a qualquer tempo, por outras de maior eficácia.

C. A aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha dependeria, em tese, da configuração de vínculo conjugal ou análogo, o que não se verifica na relação fraterna descrita.

D. Poderá ser imposta ao agressor restrição de convivência e circulação, incluindo seu afastamento do ambiente doméstico e a vedação de aproximação ou contato com Adrielly.

E. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas para Adrielly de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público.

49. Os conceitos de triangulação, coalizão e aliança são descritos na literatura sistêmica como padrões relacionais relevantes para a compreensão dos litígios familiares e para a atuação do psicólogo perito nas varas de família. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a distinção entre esses três conceitos.

A. A triangulação ocorre quando dois membros se unem contra um terceiro; a coalizão ocorre quando a criança participa temporariamente do conflito; e a

aliança ocorre quando há um vínculo positivo que não exclui nenhum membro.

B. A triangulação ocorre quando os pais fazem acordos funcionais; a coalizão ocorre quando a criança é incluída de modo ocasional; e a aliança ocorre quando há exclusão do terceiro membro.

C. A triangulação ocorre quando há um vínculo saudável entre dois membros; a coalizão ocorre quando a criança atua como mediadora entre os pais; e a aliança ocorre quando se forma um subsistema rígido e excludente.

D. A triangulação ocorre quando a criança permanece afastada das tensões; a coalizão ocorre quando não há cooperação entre os genitores; e a aliança ocorre quando dois membros se opõem rigidamente ao terceiro.

E. A triangulação ocorre quando a criança é envolvida no conflito dos pais; a coalizão ocorre quando um adulto e a criança se unem contra o outro; e a aliança ocorre quando há um vínculo cooperativo que mantém fronteiras familiares preservadas.

50. Rayanna, 6 anos, é levada repetidamente a serviços de saúde por sua mãe, Sra. Ane, que apresenta relatos detalhados de sintomas não observados pela equipe. O caso foi comunicado ao Conselho Tutelar e culminou na abertura de um processo de medida de proteção na Vara da Infância e da Juventude. Após investigação, verificou-se que Sra. Ane induziu e falsificou sinais clínicos na filha, com evidência clara de comportamento enganoso. Considerando a CID-11, (código 6D51 – Transtorno factício imposto a outro), assinale a alternativa que descreve corretamente o critério diagnóstico para o transtorno identificado no estudo de caso.

A. O diagnóstico deve ser atribuído à criança, uma vez que ela apresenta sintomas incompatíveis com os achados médicos, ainda que não haja evidência de que a mãe tenha produzido ou manipulado tais sinais.

B. O diagnóstico é atribuído à mãe, que deliberadamente produz, falsifica, induz ou agrava sintomas na criança, havendo evidência de engano identificado; a criança é considerada vítima do comportamento.

C. Configura-se o transtorno quando a mãe acredita sinceramente que a criança está doente, mesmo sem confirmação médica, caracterizando distorção cognitiva, mas não falsificação intencional.

D. O transtorno ocorre quando a mãe exagera o impacto dos sintomas reais da criança, buscando apoio emocional, sem realizar manipulação de sinais ou indução de sintomas.

E. O diagnóstico diferencial é estabelecido quando a mãe apresenta sintomas semelhantes aos da criança, pelo que se denomina de identificação empática, sem interferência intencional no quadro infantil.